

**OS EVENTOS E MOVIMENTOS QUE LEVARAM À CONSTITUIÇÃO  
DOGMÁTICA *DEI VERBUM*. UMA REFLEXÃO TEOLÓGICA SOBRE A  
RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E REVELAÇÃO**  
***THE EVENTS AND MOVEMENTS THAT LED TO THE DOGMATIC  
CONSTITUTION *DEI VERBUM*. A THEOLOGICAL REFLECTION ON THE  
RELATIONSHIP BETWEEN HISTORY AND REVELATION***

Reuberson Rodrigues Ferreira<sup>1</sup> , Carolina Mureb Santos<sup>2</sup> 



**DOI.ORG/10.57147/ESPACOS.V33I01.927**

**Recebido em: 02/12/2025**

**Aprovado em: 19/12/2025**

**Resumo:** O Concílio Vaticano II foi resultado de um processo histórico e teológico marcado por transformações sociais, políticas e econômicas que impactaram a missão da Igreja. A ideia de convocá-lo surgiu já nos pontificados de Pio XI e Pio XII. A Constituição Dogmática *Dei Verbum*, publicada há 60 anos, destaca-se por recolocar as Sagradas Escrituras no centro da vida da Igreja e esclarecer elementos importantes da Revelação Divina. Apesar das tensões iniciais, prevaleceu o desejo da maioria dos bispos por renovação. Com o apoio de grandes teólogos, o episcopado apresentou contribuições sólidas ao documento. O texto analisa o percurso histórico e os principais debates sobre a *Dei Verbum* no Concílio. A retomada de alguns elementos do processo histórico pretende demonstrar que a história é *locus* teológico e que seu estudo contribui para uma teologia crítica apta, portanto, para falar de Deus de modo significativo para mulheres e homens de qualquer sociedade.

**Palavras-chave:** *Dei Verbum*. Concílio. História

**Abstract:** The Second Vatican Council was the result of a historical and theological process marked by social, political, and economic transformations that impacted the Church's mission. The idea of convening it emerged during the pontificates of Pius XI and Pius XII. The Dogmatic Constitution *Dei Verbum*, published 60 years ago, stands out for placing Sacred Scripture at the center of the Church's life and clarifying important elements of Divine Revelation. Despite initial tensions, the desire for renewal among most bishops prevailed. With the support of leading

<sup>1</sup> Doutor em Teologia pela PUC/ SP. Membro do Grupo de Pesquisa Religião e Política no Brasil Contemporâneo (CNPQ) e da CHEILA-BR. Bacharel em História, Teologia e Filosofia. Professor da Graduação e do Programa de Estudos Pós-graduados em Teologia da PUC-SP. Religioso e Padre Missionário do Sagrado Coração. Contato: ferreirarr@pucsp.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Teologia PUC-SP. Especialista em Ensino Religioso Escolar pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Bacharel em Teologia e Pedagogia pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Pessoa Humana, Antropologia, Ética e Sexualidade (PHAES), da Sociedade Brasileira de Teologia Moral (SBTM) e diretora do Setor de Pastoral da Associação Nacional de Educação Católica (ANEC). Contato: ircarolmureb@gmail.com

theologians, the episcopate presented solid contributions to the document. This text analyzes the historical trajectory and the main debates surrounding *Dei Verbum* at the Council. The resumption of some elements of the historical process aims to demonstrate that history is a theological *locus* and that its study contributes to a critical theology capable, therefore, of speaking of God in a meaningful way for women and men in any society.

**Keywords:** *Dei Verbum*. Council. History

## Introdução

O Concílio Vaticano II e cada um dos seus documentos é fruto de um processo histórico e teológico. Assim, como a própria ideia de convocar um concílio foi sendo amadurecida em dois pontificados, também as reflexões teológicas que aconteceram nas aulas conciliares foram influenciadas por mudanças sociais, políticas e econômicas que afetaram a Igreja e questionaram seu modo de realizar a missão evangelizadora.

Após 60 anos da publicação da Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina, é oportuno recordar a história de sua elaboração, não somente o percurso realizado no Concílio, mas os eventos e movimentos que conduziram ao acontecimento mais importante da Igreja nos últimos 100 anos.

Os debates nas aulas conciliares demonstram que o início do Concílio foi desafiador e tenso. As expectativas da maior parte do episcopado e da Cúria eram diferentes, mas João XXIII, e depois Paulo VI, tinham clareza de que aquele era um momento crucial para a Igreja e, quando foi necessário, intervieram com sabedoria. A maioria do episcopado que ansiava por mudanças e por uma postura de diálogo da Igreja soube aproveitar dos grandes teólogos e exegetas para se atualizar e fazer intervenções consistentes.

A retomada de alguns elementos do percurso histórico pretende demonstrar que a história é *locus* teológico e que seu estudo contribui para uma teologia crítica apta, portanto, para falar de Deus de modo significativo para mulheres e homens de qualquer sociedade. Neste artigo pretende-se demonstrar, primeiramente, os eventos e movimentos que construíram o caminho até o Concílio Vaticano II e à Constituição sobre a Revelação Divina, na qual recebeu muito destaque as Sagradas Escrituras. Em seguida, serão apresentados alguns destaques das contribuições dos padres conciliares na primeira e terceira sessão nas quais se discutiu sobre o esquema da *Dei Verbum*.

## 1. Os eventos e movimentos que construíram o caminho até o Concílio Vaticano

### II

O Concílio Vaticano II foi convocado no dia 25 de janeiro de 1959, pelo Papa João XXIII, mas, antes dele, dois outros papas pensaram em convocar um concílio. Em 1923, quando o Papa Pio XI (1922-1939) publicou sua encíclica *Ubi arcano dei consilio* sobre a questão romana, deixou claro que apesar de não ter incluído em seu programa a retomada do Concílio Vaticano I, rezava e aguardava um sinal da vontade de Deus se deveria fazê-lo (PIO XI, 1922). Ele chegou a delegar a um grupo de teólogos a missão de ler as Atas do Concílio Vaticano para uma eventual necessidade de continuação dos trabalhos interrompidos em 1870. Entretanto, o assunto não foi adiante (KLOPPENBURG, 1962, p.8).

O Papa Pio XI contribuiu para o desenvolvimento do movimento leigo por meio da valorização da Ação Católica que, com suas diversas ramificações JEC (Juventude Estudantil Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JAC (Juventude Agrária Católica) e JOC (Juventude Operária Católica) fez o laicato católico se inserir em seus ambientes próprios. Em contrapartida, ele trouxe para dentro da Igreja as situações, questionamentos e necessidades dessas realidades. Esses leigos católicos inseridos na sociedade, assumindo compromissos políticos e lidando diretamente com os elementos próprios da modernidade precisavam de formação espiritual e teológica (SOUZA, 2025, p. 20). Este tipo de protagonismo leigo, ainda que entendido como uma extensão da hierarquia para agir em seu nome e em sua defesa, gerou um movimento que provocou uma nova reflexão sobre a identidade da Igreja e a missão do leigo, refletida na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Apostolicam Actuositatem*.

O cardeal Ernesto Ruffini afirmou que, em 1939, ainda no início do pontificado de Pio XII (1939-1958), sugeriu a ideia de um Concílio Ecumênico e, segundo ele, o Papa pareceu acolher e anotar a sugestão. O Cardeal Tardini, numa entrevista em 1959, afirmou que um grupo de eclesiásticos havia sido reunido para trabalhar no planejamento do Concílio, durante o pontificado de Pio XII e que o Cardeal Constantini havia redigido um esquema minucioso sobre o Concílio (KLOPPENBURG, 1962, p. 9). Talvez,

providencialmente, essas

iniciativas não foram adiante uma vez que Pio XII demonstrou ter a intenção de restaurar a cristandade.

Souza afirma que o pontificado de Pio XII pode ser considerado o último da era antimoderna medieval, com aspectos autoritários, tais como: rejeição das doutrinas evolucionistas, existencialistas, historicistas e suas infiltrações na teologia católica; censura de estudiosos como Maritain, Congar, Chenu, De Lubac, entre outros (SOUZA, 2025, p. 21). Esses temas foram retomados no Concílio e diversos dos estudiosos censurados deram enorme contribuição para as discussões dos padres conciliares.

Durante o pontificado de Pio XII, diversas revistas publicaram artigos em que seus autores defendiam um novo Concílio ou mesmo a continuação do Concílio Vaticano, até que, em 1959, o Papa João XXIII convocou aquele que viria a ser o Concílio Ecumênico Vaticano II.

É importante ressaltar que não somente os papas contribuíram para o evento conciliar, havia movimentos em torno de assuntos urgentes para a vida eclesial que, com suas pesquisas e publicações, ajudaram a preparar o terreno. O movimento bíblico proporcionou uma redescoberta da Sagrada Escritura a partir do florescimento da exegese católica, das descobertas arqueológicas e literárias que qualificaram as investigações científicas, a fundação do Pontifício Instituto Bíblico, das Escolas Bíblicas de Jerusalém e tantas outras associações que aumentaram o número de exegetas mais qualificados. Além disso, os papas estimularam traduções bíblicas a partir dos manuscritos, a leitura particular da Bíblia, ajudando a aumentar o interesse dos católicos por cursos sobre ela (KLOPPENBURG, 1962, p. 25).

O movimento patrístico foi fundamental para que o *aggiornamento* desejado por João XXIII mantivesse a continuidade com a Tradição. Um destaque foi a iniciativa de publicar em francês os textos dos Padres da Igreja, liderada pelos padres Henri de Lubac e Jean Daniélou, que proporcionou o retorno às fontes patrísticas do cristianismo. Padovese afirma que “há nos Padres um desejo ardente de não perder de vista a peculiaridade da mensagem cristã, mas há também uma necessidade de aproximá-la dos homens. Justamente esse aspecto determina o caráter pastoral de sua teologia” (PAVODESE, 1999, p. 38).

Merece destaque,

igualmente, o movimento litúrgico que buscava a renovação da liturgia a fim de que a Eucaristia se tornasse, novamente, o centro da piedade cristã. A publicação de missais e lecionários contribuíram para que o povo aprendesse a “rezar a

missa e não rezar na missa” (KLOPPENBURG, 1962, p. 26). Toda a movimentação gerou inquietações, discussões e sugestões entre o clero e os fiéis que chegaram ao Concílio e, de alguma maneira, desembocaram na Constituição *Sacrosanctum Concilium*.

Por fim, mas não menos importante, o movimento ecumênico, mais antigo entre as Igrejas provenientes da Reforma e que tomou força na Igreja Católica no século XX, chegou ao Concílio apoiado por diversos padres conciliares. As primeiras iniciativas de diálogo ecumênico começaram no século XIX, mas sem a participação da Igreja Católica. O primeiro gesto significativo veio, surpreendentemente, na Instrução do Santo Ofício *Ecclesia Catholica*, em 1949. Uma vez, oficialmente, citado o desejo de diálogo em vista da unidade dos cristãos, a eleição do Papa João XXIII, que já tinha experiência no diálogo ecumênico e interreligioso, criou-se o momento para oficializar a abertura da Igreja Católica. Em 1960, é criado o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, com a finalidade de ajudar na preparação do Concílio Vaticano II. Presidido pelo cardeal Bea, o secretariado preparou para o Concílio um decreto sobre o ecumenismo num espírito de novidade (LEITE, 2020, p. 126).

Todos esses movimentos e mais um contexto de duas guerras mundiais que esgotaram, principalmente, a Europa e redefiniram o mapa geopolítico mostraram às lideranças eclesiais a necessidade de repensar sua relação com o mundo. E isso só poderia ser feito a partir de um retorno às fontes para, a partir delas, repensar a identidade da Igreja, sua missão e seu referencial. Desde o princípio, João XXIII deixou clara a finalidade do Concílio: fomentar a fé; renovar os costumes e adaptar a disciplina eclesiástica às necessidades da atualidade (JOÃO XXIII, 1959, nº 33). Ele entendeu que só conseguiria avançar neste projeto com a colaboração dos seus irmãos bispos.

Assim, a fim de iniciar o processo de preparação para o Concílio, ele solicitou conselhos e sugestões a todo o episcopado, aos superiores de congregações religiosas, aos dicastérios e às faculdades de teologia e direito canônico. Entre os temas mais indicados

apareceram a natureza da

revelação, a modalidade de transmissão e a relação entre magistério e Palavra de Deus (LOPES, 2012, p. 53), que seriam abordados na *Dei Verbum*.

Foi, então, formada uma comissão preparatória, cujo presidente era o Cardeal Ottaviani, que esboçou um esquema nomeado *Schema compendiosum Constitutionis de fontibus revelationis*. Nesse esquema já constava a afirmação de que a Tradição era uma segunda fonte necessária para conhecer as verdades contidas na Escritura, uma declaração polêmica e sensível que dificultava as relações com as Igrejas da Reforma e o desejo de diálogo. Houve grande discussão entre os estudiosos que não chegaram a um consenso (COSTA, 2007, p. 89). Após muitas discussões e emendas da comissão teológica, uma subcomissão preparou um esquema sobre as fontes da Revelação que foi enviado para a comissão central em 14 de outubro de 1961.

A comissão central criticou fortemente o esquema por seu caráter defensivo e condenatório. Como o tema da duas fontes era importante para o diálogo ecumênico, o Cardeal Bea, presidente do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, fez considerações muito críticas e sugeriu que o documento fosse totalmente reelaborado por uma comissão bíblica mais representativa e menos condicionada à mentalidade da Cúria. O Cardeal Ottaviani recusava terminantemente uma nova redação. A votação realizada indicou que as sugestões deveriam ser consideradas num novo texto, mas Ottaviani aceitou apenas algumas mudanças superficiais (COSTA, 2007, p. 90). O documento foi renomeado para *Schema Constitutionis dogmaticae de fontibus revelationis* que foi aprovado por João XXIII em 13 de julho de 1962 e enviado para os padres conciliares.

O retorno dos bispos sobre os 7 esquemas para o Concílio, inclusive o esquema sobre a revelação, foi decepcionante: somente 10% enviaram propostas e a grande maioria criticou o tom negativo, defensivo e apologético; a falta de sentido ecumênico e de abertura aos novos estudos teológicos. Os bispos e algumas conferências episcopais começaram a se mobilizar e pedir contribuições de teólogos como Yves Congar, Marie-Dominique Chenu, Edward Schillebeeckx, Karl Rahner, entre outros. Diversos textos circularam e teólogos foram convidados para dar conferências aos bispos. Os bispos assumiram o “protagonismo” do Concílio, neutralizando parte da força da Cúria romana.

### Esse breve recorrido

histórico demonstra que o Concílio Vaticano II não surge “do nada”, mas sim que sua convocação foi fruto de diversos movimentos e grupos. A relação entre a Igreja e o mundo moderno estava no ápice da tensão diante das condenações, acusações e desconfianças. O avanço das diversas ciências impulsionavam

o desenvolvimento da teologia e exigiam uma outra postura e linguagem para a evangelização. As duas grandes guerras, capitaneadas por países que se diziam cristãos, provocaram questionamentos e dúvidas sobre a relevância de Deus e da Igreja. Movimentos sociais fervilhavam em toda parte. Ditaduras governavam com violência. Neste mundo convulsionado, a Igreja decidiu reunir seus bispos para repensar seu caminho. A Constituição Dogmática *Dei Verbum* é considerada um documento fundamental para a entrada da Igreja na modernidade e de sua disposição em dialogar com interlocutores que pensavam e criam de modo diferente dela. Entretanto, mesmo o processo de elaboração do documento foi permeado de tensões e dissensões até que se chegasse a um consenso.

## 2. Principais aspectos da discussão sobre o esquema da Revelação Divina

O processo de elaboração da Constituição Dogmática *Dei Verbum* foi acidentado e permeado de discussões acaloradas. Assim como aconteceu com outros documentos, o esquema oriundo da comissão central foi alvo de muitas críticas. Foram necessárias duas sessões conciliares, em 1962 e 1964, para se chegar ao texto final sobre as fontes da Revelação que só foi votado em 20 de setembro e 29 de outubro de 1965, e promulgado em 18 de novembro de 1965.

Na primeira sessão, em 1962, depois da apresentação do esquema, surgiram três posicionamentos diferentes: um grupo era favorável ao texto considerando que seria possível aperfeiçoá-lo na aula conciliar, outro era contrário porque o texto era excessivamente longo e pouco pastoral e ecumênico e um terceiro queria um esquema totalmente novo (KLOPPENBURG, 1963, p. 162).

A questão da linguagem foi bastante discutida nesta sessão. O Cardeal Aquiles Liénart, bispo de Lille, na França, primeiro a falar, afirmou que “a demonstração da doutrina da verdade é mais poderosa para nutrir a fé cristã do que a exposição e a

### condenação dos erros” (AS

I/3, p. 33). Sua crítica ao uso de argumentos escolásticos (AS I/3, p. 34) foi apoiada pelo Cardeal José Frings, arcebispo de Colonia, na Alemanha, que destacou a importância da forma como a verdade é pregada, portanto, o “tom” utilizado não revelava a voz do Bom Pastor por meio de uma Igreja mãe e mestra, mas sim “a

linguagem de um erudito, de um professor, nem edificante nem vivificante” (AS I/3, p. 34).

O Cardeal Paulo Emílio Léger, arcebispo de Montreal, no Canadá, foi ainda mais enfático ao dizer que o texto expressava um pavor do erro, que a Igreja pode falar sobre tudo, mas sem agressividade (AS I/3, p. 41). Por fim, o Cardeal José Ritter, arcebispo de São Luis, nos Estados Unidos, alertou que estudantes, especialistas e fiéis esperavam um esclarecimento positivo e que era dever dos padres conciliares ajudarem e orientar e não reprimir e dissuadir. Assim, deveriam ser evitados comentários que suscitassem suspeitas e medo nos fiéis em relação à Sagrada Escritura e à Teologia (AS I/3, p. 48). Ressaltou-se a necessidade de uma linguagem que comunicasse a intenção do Papa João XXIII de um Concílio pastoral que dialogasse com o mundo moderno para que, assim, a boa notícia da qual a Igreja é portadora fosse visibilizada e compreendida.

Outro aspecto criticado foi o conteúdo e o estilo. O Cardeal Bernardo Alfrink, arcebispo de Utrecht, na Holanda, afirmou que o conteúdo poderia ser encontrado em qualquer manual de Teologia, não acrescentando nada de novo e que, assim sendo, não seria necessário convocar um Concílio (AS I/3, p. 44). O Cardeal José Ritter fez a mesma crítica (AS I/3, p. 47). Alguns cardeais indicaram inexatidão em conceitos essenciais para a compreensão da Revelação, como o conceito de inspiração e “duas fontes”.

Uma outra perspectiva que se destacou foi o alerta para que o texto não privilegiasse uma escola de teologia e condenasse outra (AS I/3, p. 35). O Cardeal Paulo Emílio Léger pediu que o texto fosse revisto por teólogos e exegetas de diversas escolas, pois nele estaria presente somente a visão de um grupo (AS I/3, p. 42). O Cardeal Agostinho Bea, presidente do Secretariado para a União dos Cristãos (AS I/3, p. 50), e Dom Gabriel Manek, arcebispo de Endeh, na Indonésia, (AS I/3, p. 56) alertaram para o perigo de criar dificuldade para o diálogo ecumênico.

## É preciso recordar

que vários bispos foram a favor do esquema, criticando o que consideravam ser um excesso de preocupação pastoral e ecumênica. Diante do impasse, o Papa resolveu interromper e confiar o projeto sobre as Fontes da Revelação a uma comissão composta de alguns cardeais membros da Comissão Teológica e do Secretariado para a União dos Cristãos. A finalidade da comissão era reelaborar o esquema a partir dos pareceres dos padres conciliares.

A primeira sessão onde se debateu sobre o esquema previamente preparado sobre a Revelação é considerado o momento de maior crise do Concílio Vaticano II, com esquemas recusados, publicações paralelas, sendo algumas panfletárias com críticas diretas a alguns teólogos e vazamentos de textos (SESBOÜE, 2016, p. 421).

A primeira sessão conciliar foi encerrada depois da discussão do esquema (que já estava condenado). Kloppenburg defendeu que o núcleo das discussões dos padres conciliares foi a mentalidade que os pastores deveriam ter (1963, p. 193). Havia um grupo que defendia uma postura “conservadora” enfatizando a função de magistério, isto é, guardar, expor e defender a verdade da fé sem se preocupar em dialogar ou agradar; outro grupo desejava uma postura que enfatizasse o múnus de pastor: acolher a função magisterial, ir ao encontro das pessoas e adotar uma formulação da fé mais inteligível para a época (KLOPPENBURG, 1962, p. 194).

A alocação de abertura do Concílio, *Gaudet Mater Ecclesia* (JOÃO XXIII, 1962), na qual João XXIII desautorizou os profetas de desventura; distinguiu o conteúdo e a forma do depósito da fé para que a doutrina fosse apresentada de maneira a atender as exigência do tempo; defendeu o empenho na construção da unidade e a abertura às condições de vida da época; renunciou à condenação e à severidade para usar a misericórdia ofereceu aos padres conciliares, que ansiavam por mudanças o sinal, a coragem e a sabedoria para desafiar as imposições da Cúria.

A primeira sessão conciliar se desenvolveu num ambiente de desconfiança e mal estar dos bispos que suspeitavam terem sido chamados à Roma somente para corroborar os esquemas previamente preparados pela Cúria. Por isso, articularam entre si estratégias para garantir que o espírito conciliar desejado por João XXIII fosse mantido e não boicotado pela comissão central liderada pelo Cardeal Ottaviani. Deste modo, agiram

para adiar a votação para

escolher os membros das comissões e assim, se conhecerem melhor, consultarem outras pessoas e escolherem bispos mais capacitados. Todo esse empenho favoreceu que, apesar das tensões e atritos, a primeira sessão conciliar, especialmente no que diz respeito a *Dei Verbum*, fosse concluída a contento da maioria, isto é, com o esquema rejeitado e a decisão de uma reelaboração aprovada por João XXIII (COSTA, 2007, p. 92-93).

Apesar da segunda redação do texto sobre as fontes da revelação ter sido enviada aos padres conciliares no dia 22 de abril de 1963, ela não foi apresentada para discussão durante a segunda sessão do Concílio. O processo de trabalho foi permeado de tensões e discussões acaloradas. Compromissos tiveram que ser firmados para que a redação avançasse; assim ficou resolvido que o antigo texto seria submetido a uma boa revisão. Entre janeiro e maio de 1963, diversos esquemas foram enviados aos padres conciliares, inclusive o *De Divine Revelatione*. Bispos franceses e italianos e peritos de vários episcopados fizeram críticas tão duras que se chegou à decisão de não discutir o tema na segunda sessão conciliar.

Como o Papa Paulo VI informou que ela seria tratada na terceira sessão conciliar, alguns bispos aproveitaram e acrescentaram novas sugestões enviadas até abril de 1964. Assim, a subcomissão encarregada foi dividida em dois grupos: um grupo trabalhou o próêmio e o primeiro capítulo, que tratava da Tradição e da Escritura, portanto, o mais polêmico; e o outro grupo se dedicaria aos demais capítulos. Foi pedido aos teólogos Karl Rahner e Yves Congar dois textos sobre a Tradição e a Escritura e a outros teólogos dois textos sobre o esquema inteiro. No final de abril de 1964, o texto estava pronto e foi aprovado pela comissão teológica em junho, sendo enviada aos padres conciliares logo em seguida.

Em 30 de setembro de 1964, terceira sessão conciliar, começaram a discussão e votação dos capítulos do esquema sobre a Revelação Divina. As intervenções foram poucas, concentrando-se em elogios gerais e discordâncias pontuais.

Na discussão sobre os capítulos I, “A Revelação como Tal” e II, a “Transmissão da Divina Revelação”, o primeiro a falar, Cardeal Ernesto Ruffini, arcebispo de Palermo, não valorizou em nada a nova redação, expressando apenas o que achava que deveria ser

ênfatizado no texto (AS

III/3, p. 96), enquanto o Cardeal Julius Doepfner, arcebispo de Muenchen, afirmou em nome de 78 bispos de língua alemã, que as observações feitas na primeira sessão foram consideradas e que agora o texto “contém mais elementos que trazem verdadeiro auxílio, para que possamos conhecer mais plenamente a natureza da Revelação Divina, da Sagrada Escritura, da Sagrada Tradição, e para que possamos extrair bens mais abundantes para a vida da Igreja do tesouro da Sagrada Escritura” (AS III/3, p. 145). E no que diz respeito ao polêmico tema das “duas fontes”, concorda que “o

depósito da fé é, em última análise, apenas um, visto que nos é transmitido de duas maneiras: a Sagrada Escritura, a saber, e a Tradição” (AS III/3, p. 145).

O patriarca armeno da Cilícia, Ignace Pierre XVI Batanian, elogiou o texto e fez um forte apelo aos exegetas para que em suas pesquisas mantenham sempre a conexão entre Sagrada Escritura, Tradição e Magistério (AS III/3, p. 188-189). A discussão durou 3 manhãs com 40 discursos que, no geral, elogiaram o texto. A maior parte das intervenções disse respeito à suficiência material da Sagrada Escritura: 10 bispos expressaram seu descontentamento pela comissão teológica ter deixado a questão em aberto e 08 expressaram seu contentamento exatamente por isso (AS III/3, p. 106-107).

Os capítulos III “Inspiração Divina da Sagrada Escritura e sua Interpretação”; IV “O Antigo Testamento”; V “O Novo Testamento” e o VI “A Sagrada Escritura na Vida da Igreja” foram discutidos globalmente. O Cardeal Ruffini criticou como desnecessária a menção aos gêneros literários porque seria algo já reconhecido pela Igreja e alertou que os exegetas não podem agir como se a Igreja já não tivesse compreendido plenamente o sentido das Escrituras. Já o arcebispo de Viena, Cardeal Franziskus Koenig, valorizou a contribuição do conhecimento da história e cultura do Oriente para o entendimento da Sagrada Escritura (KLOPPENBURG, 1965, p. 108). O Cardeal Bea, presidente do Secretariado para a União dos Cristãos, valorizou a exposição dos pontos fundamentais da doutrina sobre a Revelação, a Sagrada Escritura e a Tradição com ótimas consequências para a pastoral; a exposição positiva como recomendou o Papa João XXIII; a não resolução de questões ainda discutidas entre os católicos; a afirmação de que as verdades são comprovadas tanto pela Sagrada Escritura quanto pela Tradição e a utilização de uma linguagem bíblica que pode ser compreendida pelos cristãos da Reforma. Ressaltou que

~~precisa ser aperfeiçoado:~~

alguns pontos devem ser completados, como a importância do Antigo Testamento; alguns pontos precisam esclarecidos, quando se afirma que os livros do Antigo Testamento conservam autoridade perene, mas contém elementos imperfeitos e provisórios; em outros pontos o estilo deve ser ajustado (KLOPPENBURG, 1965, p. 110-111). O administrador apostólico de Grosseto, na Itália, fez duras críticas afirmando que, no esforço de conciliar opiniões, o texto tornou-se ambíguo e incompreensível (AS III/3, p. 298).

Os cinco primeiros capítulos são de caráter teológico, preocupados em esclarecer pontos fundamentais da doutrina. Já o capítulo VI cujo título é a “Sagrada Escritura na vida da Igreja” tem um caráter eminentemente pastoral. Na discussão, Dom Caminada, bispo de Ferentino na Itália, se manifestou contra o acesso de todos os fiéis à Sagrada Escritura, como previsto no atual parágrafo 22 da *Dei Verbum*, por considerar um risco já que nem todos têm condições de compreendê-la, mas que deveria ser inscrita no Código de Direito Canônico a obrigatoriedade dos clérigos de lerem diariamente a Bíblia (AS III/3, p. 336). A grande ignorância das Escrituras em países católicos, foi o argumento utilizado por Dom Smiljan Cekada, bispo de Skoplje, na Iugoslávia, para fundamentar seu apoio a difusão e ao acesso pleno das Escrituras para todos, apoiando, inclusive, a criação de uma Sociedade Bíblica Internacional na Santa Sé para incentivar e apoiar a tradução e publicação da Bíblia em todas as línguas (AS III/3, p. 341-342). Ele se manifestou contrário a traduções ecumênicas (AS III/3, p. 342), mas o texto final manteve esta possibilidade.

Dom Boillon, bispo de Verdun, na França, destacou que, frequentemente, se afirma que a Sagrada Escritura é alma da Teologia, contudo, não é o que se verifica nos manuais de Teologia que não dedicam grande espaço ao seu estudo (AS III/3, p. 349). Ele criticou fortemente a instrumentalização da Escritura que, ao invés de ser a fonte da Teologia, é utilizada para provar ou até mesmo “adornar” teses de determinadas escolas teológicas (AS III/3, p. 349).

Por fim, vale destacar a defesa ardorosa que fez Christopher Butler, superior da Congregação Beneditina Inglesa, do direito à liberdade dos exegetas, convidando os

## ~~padres conciliares a não~~

temerem a verdade crítico-científica histórica no que diz respeito à historicidade dos textos sagrados (AS III/3, p. 354). Conclamou-se a um voto de confiança nestes homens de fé e da ciência que se dedicam ao estudo, uma vez que em ambas a honestidade e a integridade são princípios fundamentais. Dirigindo-se aqueles que temem os erros no processo de investigação científica, Butler afirmou que eles são naturais ao processo e o que se deve almejar “não é uma satisfação infantil em desviar o olhar da verdade, mas uma verdadeira história crítica por meio da qual possamos dialogar com exegetas não católicos e abrir caminho para uma fé cristã madura e adulta” (AS III/3, p. 354).

A Sagrada Escritura se tornou o elemento mais destacado na constituição sobre a Revelação e proporcionou uma grande renovação na vida da Igreja. A partir do Concílio Vaticano II, todo o povo de Deus terá acesso aos textos sagrados para compreendê-los melhor e torná-los a bússola de sua caminhada no seguimento de Jesus.

### **Considerações finais**

Quando se estuda as origens do Concílio Vaticano II e seus processos, percebe-se a intrínseca relação entre cristianismo e história, não só porque a Igreja existe na história e os acontecimentos a afetam, mas porque sua fé é de que Deus se revela na história da humanidade. Assim, “no centro da fé cristã, com efeito, encontra-se a convicção testemunhada por toda a Escritura de que Deus age na história da humanidade e de que na história e na pessoa de Jesus essa ação divina encontrou o seu cumprimento” (MAFFEIS, 2024, p. 31).

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* trata de temas fundamentais do cristianismo: autenticidade, natureza e objeto da revelação cristã e precisava responder a séculos de indeterminação e questionamentos sobre a identidade e veracidade da Revelação. Se no começo, ela simplesmente foi admitida, a partir do século XVI foi contestada pelo filosofismo, positivismo e racionalismo.

A resposta definitiva apresentada no Concílio Vaticano II foi sendo refletida e amadurecida ao longo da história. A revelação costumava ser narrada ou descrita, mas a palavra não era usada como definição de evento histórico. O termo “revelação” foi usado pela primeira vez, expressamente, no Concílio Vaticano I que afirmou o “fato”, pois “o

racionalismo ensinava que

a revelação como tal era inútil e mesmo impossível, dada a transcendência divina” (PIAZZA, 1986, p. 16). A *Dei Verbum* deixou claro, em seu segundo parágrafo, que Deus quis revelar-se a si mesmo e o fez através de acontecimentos e palavras, obras de Deus realizadas na História da Salvação. Deus se revela ao ser humano na história para que nela ele possa alcançar a plenitude da sua existência, cujo modelo acabado é apresentado na pessoa histórica de Jesus Cristo.

Essa constituição dogmática é considerada por muitos como a obra prima do Concílio, um documento sóbrio, preciso e completo. O texto é aberto, isto é, permite desenvolvimentos posteriores no estudo da Sagrada Escritura e da Tradição conforme o

progresso da exegese, da teologia e da pastoral (PIAZZA, 1986, p. 18). Ao reconhecer a autonomia das realidades terrenas (GS, 36), a Igreja reconheceu que coisas criadas e a própria sociedade têm leis e valores que são descobertos progressivamente, isto é, não há nas realidades terrenas algo de definitivo e imutável. Se a Igreja deseja continuar sua missão evangelizadora precisará sempre buscar no mistério de Cristo uma resposta para dialogar com a sociedade e uma linguagem adequada. A história se desenvolve e a teologia necessita fazer o mesmo.

Nestas considerações finais, parece importante recordar que o Papa Francisco numa carta sobre a renovação do estudo de História da Igreja afirmou que o estudo da História da Igreja ajuda a interpretar melhor a realidade social (FRANCISCO, 2024). Se a história é feita de continuidades e discontinuidades, conhecer seus processos e interconexões, as causas que geraram o contexto adequado para determinado fato e suas consequências ajuda a perceber que tudo está interligado e que eventos e acontecimentos não surgem do nada.

Promover uma “sensibilidade histórica”, como pede Francisco na carta, faz superar uma ingenuidade alienada que paralisa ao invés de estimular a conversão pessoal e o compromisso corresponsável pela conversão pastoral da Igreja. Conhecer, por exemplo, a história que levou ao Concílio Vaticano II e como se desenrolaram as aulas conciliares com suas tensões e articulações, disputas e discussões acaloradas recordam a dimensão histórica da Igreja na qual se entrelaçam humanidade e divindade, pecado e santidade. É preciso ser parte da Igreja real e amá-la como é, sem idealizações e expectativas que,

longe de ajudá-la a se

configurar ao Mestre, a reduzem a uma mera instituição autorreferencial que luta por sua autopreservação.

Francisco estimula que se conserve a memória, ou seja, a consciência histórica para evitar um apagamento do passado e não facilitar a manipulação por ideologias dominantes (FRANCISCO, 2024). A memória do passado é uma fonte de conhecimento: indica-nos o que já foi feito e deu errado, não gerou vida e deve ser evitado. Não é saudável esquecer o passado, mesmo que doloroso, porque ele recorda a vulnerabilidade das pessoas e instituições, esse aprendizado pode ajudar no crescimento da humildade, da prudência e da misericórdia. Francisco reforça que é preciso manter viva a consciência coletiva, pois

“sem memória, nunca se avança, não se evolui sem uma memória íntegra e luminosa” (FT, 249).

Assim, a história é também um *locus* teológico, conhecendo-a, analisando-a e interpretando-a é possível perceber as marcas de um Deus que se autorrevela na história.

## Referências Bibliográficas

ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II. *Periodus prima*. Typis Polyglottis Vaticanis, v. I, 1971, Congregationes Generales XIX-XXX.

ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II. *Periodus tertia*. Typis Polyglottis Vaticanis, v. III, 1974. Congregationes Generales XC-XCV.

COSTA, S. R. Processo histórico de elaboração dos documentos Dei Verbum e Gaudium et Spes durante o Concílio Vaticano II. In: Nilo AGOSTINI (org.). *Revelação e História: uma abordagem a partir da Gaudium et Spes e da Dei Verbum*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 87 - 120.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli tutti sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Loyola, 2020.

FRANCISCO. *Carta sobre a renovação do estudo da história da Igreja*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2024/documents/20241121-lettera-storia-chiesa.html> Acesso em: 22 out 2025.

JOÃO XXIII. *Carta Encíclica Ad Petri Cathedram sobre o conhecimento da verdade, restauração da unidade e da paz na caridade*. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_29061959\\_ad-petri.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_29061959_ad-petri.html) Acesso em: 16 out 2025.

JOÃO XXIII. *Discurso na abertura solene do SS. Concílio*, 11 de outubro de 1962. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john->

xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf\_j-

xxiii\_spe\_19621011\_opening-council.html Acesso em: 18 out 2025.

KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II. Documentário Pré-Conciliar*. V. I, Petrópolis/RJ: Vozes, 1962.

KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II. Primeira sessão (set.-dez. 1962)*. V. II, Petrópolis: RJ, 1963.

KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II. Terceira sessão (set.-nov. 1964)*. V. III, Petrópolis: RJ, 1965.

LEITE, H. S. O Magistério pós-conciliar e o ecumenismo: uma conversão de cima para baixo. In: *RevEleTeo*, v. 14, n. 25. São Paulo: PUC SP, jan./jun., 2020, p.122-140. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/reveleteo/article/view/47683> Acesso e: 16 out 2025.

LOPES, G. *Dei Verbum: texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2012.

MAFFEIS, A. Teologia e história da Igreja. In: H. DELL'ORTO, S. XERES (dir.). *Manual de História da Igreja: a antiguidade cristã*. São Paulo, Loyola, 2024, p. 31-47.

PADOVESE, L. *Introdução à Teologia Patrística*. São Paulo: Loyola, 1999.

PIAZZA, W. *A Revelação Cristã: na Constituição Dogmática Dei Verbum*. São Paulo: Loyola, 1986.

PIO XI. *Encíclica Ubi arcano dei consilio: sobre a questão romana*. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19221223\\_ubi-arcano-dei-consilio.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio.html) Acesso em: 15 out 2025.

SESBOÛE, B. A comunicação da Palavra de Deus: Dei Verbum. In: B. SESBOÛE (org.). *A Palavra da Salvação (séculos XVIII – XX)*. São Paulo: Loyola, 2016, p. 419-456.

SOUZA, N. Entendendo o Concílio Vaticano II (1962 – 1965). In: N. SOUZA, R. R. FERREIRA (orgs.). *Concílio Vaticano II: para entender os textos e sua atualidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2025, p. 17-38.